

HABEAS CORPUS Nº 543.380 - MG (2019/0329833-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : ANDREA ABRITTA GARZON TONET - MG061170
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : THIAGO BRUNO FONSECA INACIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **THIAGO BRUNO FONSECA INACIO**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

O d. Juízo da execução realizou a unificação das penas (cometimento de novo crime no curso da execução), estabelecendo a data da nova prisão como marco para a progressão de regime (fls. 10-17).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução, no qual, após julgamento de embargos infringentes, **foi fixada a data-base do trânsito em julgado da última condenação para os benefícios da execução em geral**, restando assim ementado pelo eg. Tribunal de origem (fls. 108-113):

"EMBARGOS INFRINGENTES - UNIFICAÇÃO DAS PENAS - TERMO INICIAL DE CONTAGEM DO PRAZO PARA A AQUISIÇÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO - DATA DA ÚLTIMA PRISÃO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS. - Apesar da lei não estabelecer o marco inicial para a contagem dos prazos para a concessão de futuros benefícios de execução, tal termo, consoante reiterada jurisprudência, é o trânsito em julgado da última sentença condenatória, de forma que não se mostra possível a fixação da última prisão como termo inicial."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa alega que a fixação de nova data-base para a concessão de benefícios, após a unificação das penas, não possui disposição expressa prevista em lei, de modo também que fere a

jurisprudência do eg. Superior Tribunal de Justiça e desconsidera parcela de pena já cumprida.

Requer a concessão da ordem, inclusive **LIMINARMENTE**, *"suspendendo-se os efeitos do acórdão guerreado até julgamento final do presente writ, [...] no mérito, seja concedido o presente habeas corpus, para afastar a incidência da data-base interruptiva para o cálculo dos benefícios relacionados à execução da pena, estipulada pelo Tribunal a quo como sendo a da publicação do último decreto condenatório, devendo-se, portanto, prevalecer a data da última prisão do paciente (05.09.2016), como marco inicial para efeito de concessão das benesses penais"* (fl. 9).

É o relatório. **Decido.**

Com efeito, a **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o **REsp n. 1.557.461/SC**, Relator o Ministro **Rogério Schietti Cruz**, e o **Habeas Corpus n. 381.248/MG**, de relatoria da Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, com Relator para o acórdão, o Ministro **Sebastião Reis Júnior**, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

Confira-se a ementa do REsp n. 1.557.461/MG:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. 2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja

*por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução. 3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem. 4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena. 5. Recurso não provido." (REsp 1557461/SC, **Terceira Seção**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 15/03/2018)*

Verifica-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, uma vez que a decisão vergastada está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça.

Ante o exposto, **concedo a liminar, parcialmente**, para suspender, até o julgamento do mérito deste **writ**, os efeitos do v. acórdão.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo da Execução Penal.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator